



A insubstituível função da Ontopsicologia na compreensão do ser humano frente ao conhecimento proporcionado pelo Humanismo Clássico

Adalberto Panzan Junior¹

Resumo: Ao se debruçar sobre as obras, os ensinamentos, as divergências e as novidades trazidas pelos grandes expoentes do Humanismo Clássico, notadamente na representação deste pelos filósofos mais destacados desde a Antiguidade Clássica, não se pode presumir compreender a evolução do conhecimento, e nesse sentido, também do ser humano, de modo integral, sem considerar a novidade da Ontopsicologia. O objetivo deste artigo é relembrar as principais passagens da evolução do conhecimento humano e confrontá-las com o pensamento de Antonio Meneghetti acerca delas, demonstrando a necessidade da compreensão ontopsicológica dos argumentos apresentados.

Palavras-chave: Ontopsicologia; Filosofia; Humanismo.

The irreplaceable role of Ontopsychology in understanding the human against the knowledge provided by Humanism Classic

Abstract: Even considering the great names of Classic Humanism, and its Works, teachings, doubts and novelties, hereby represented by the most distinguished Ancient philosophers, one shall not presume to have full comprehension of the evolution of human knowledge, and the human itself, without involving the surging of Ontopsychology. This article will remember the most important passages in the evolution of human knowledge and confront them with Antonio Meneghetti's thinking about them, therefore emphasizing the importance of understanding those arguments under an Ontopsychological view.

Keywords: Ontopsychology; Philosophy; Humanism.

¹ E-mail: adalberto@adsmicrologistica.com.br

1 Introdução

Até que se prove o contrário, funda-se na colaboração de tantos filósofos e estudiosos a construção do conhecimento clássico, pelo menos como o aceitamos depois de dois milênios de acompanhamento histórico, e dele se pode compreender o ser humano em sua totalidade. Mas, pode mesmo?

Esse questionamento será respondido com a “ajuda” de Antonio Meneghetti (1936-2013), cientista italiano de rara formação, fundador e expressão máxima da Ciência Ontopsicológica. Sua obra traz novidade científica irrefutável enquanto se coloca como hipótese resolutiva ao problema crítico do conhecimento. *“Se quem faz ciência é um homem, então é inexorável que este seja exato, correspondente às premissas lógicas da vida, para assegurar-se como operador de ciência e de sociedade”*², afirma Meneghetti (2010), bem como, do mesmo autor, podemos verificar que:

O argumento que tratarei é o ponto crítico entre a visão ontopsicológica e a visão de todas as ciências correntes (matemática, teologia, física, medicina, música etc.). Nisso, retomo um velho argumento que estava impregnado na cultura ocidental entre 1910 e 1940, quando a Primeira Guerra Mundial havia feito os filósofos e os cientistas compreenderem que o homem estava destruindo a si mesmo (...). É preciso rever criticamente toda a epistemologia da nossa ciência. (“Episteme” significa raiz de sentido prático, princípio concreto que gera verdade, saber, exatidão. “Epistemologia” é a ciência, a lógica, a indagação sobre os princípios de qualquer tipo de verdade.). (...) A visão crítica do cientista, ao menos nos dois milênios em que explode a crise do ocidente, conclui que o homem deve admitir que não possui o valor real que equilibra a medida das dialéticas e dos seus modos de pensar. Não sustento que a igreja, a matemática, a física, etc., estejam erradas. Afirmando que existe algo com o qual o homem não fez contato preciso, porque nenhum homem pode articular uma lei ou uma ciência que o mata (...). O tirocínio desses anos de pesquisa no âmbito da racionalidade humana – que defino Ontopsicologia – motiva-se por um problema perene: o conhecimento do homem. (...) **Se o homem não tem a exatidão do saber, não pode impor uma moral ou uma lei; se o homem não tem a evidência daquilo que afirma perde a autoridade para coordenar qualquer coisa. A interrogação que eu me colocava era: se o homem, no auge do saber, não tem certeza que conhece a verdade é ou não é possível? O homem é capaz da verdade? Toda a história da filosofia concluía-se com o problema em aberto. Até que se prove o contrário, a filosofia é o ápice da intelectualidade humana** (MENEGHETTI, 2010, p. 104-105, grifo nosso).

Na elaboração deste artigo, a primeira hipótese foi pesquisar subsídios filosóficos para a definição das quinze características do Em Si ôntico³, ponto este de fundamental importância no contexto da Ciência Ontopsicológica. Todavia, o próprio

² Biografia Oficial Antonio Meneghetti. Para mais informações: www.antonimeneghetti.org.br/home/

³ Meneghetti (2010, p. 160-161).

Acad. Prof. Antonio Meneghetti sublinha que *“todo o proceder da exposição científica da Ontopsicologia está sempre dentro da evidência. Não se pode partir de uma zona de estranheza e a medida não seria mais certificante. Não saio da evidência. Cada um de nós tem a evidência de si mesmo”* (MENEGHETTI, 2004, p. 247). Fica claro, à medida que se investiga o argumento da descoberta do Em Si ôntico e a definição de suas quinze características que a evolução histórica da filosofia clássica não provê todas as respostas, e a correspondência sujeito-objeto supera qualquer outra capacidade de compreender a própria existência. Em outras palavras, *“dessa coincidência (sujeito-objeto), é autorizado o proceder lógico”* (MENEGHETTI, 2004, p. 249), e não do exaustivo estudo dos expoentes do Humanismo Clássico – mesmo considerando toda a contribuição essencial de estudo destes.

Dessa forma, passa a ser objetivo geral deste breve estudo elencar as principais passagens da história da filosofia, seus protagonistas e suas evoluções, aí, sim, discutindo cada uma à ótica de análise da Ciência Ontopsicológica. Secundariamente, abrem-se duas oportunidades de: a) ainda assim estudar a contribuição do Humanismo Clássico para a formação do cientista Antonio Meneghetti, e b) transformar a dificuldade de elaboração da premissa precedente numa oportunidade única de estudo e evolução acadêmica.

Portanto, inicia-se o acompanhamento da evolução do conhecimento filosófico dos filósofos pré-socráticos Tales, Parmênides, Pitágoras, Protágoras e Heráclito à trinca Sócrates-Platão-Aristóteles, avança-se pela Patrística de Santo Agostinho, pela Escolástica de Tomás de Aquino e chega-se à Escola Franciscana de Duns Scotus e Guilherme de Ockham. Então, nesse primeiro momento, prossegue a pesquisa até as portas do Renascimento, deixando aberta a possibilidade de sua evolução futura, tanto por conta da sua importância histórica quanto pelo destemor do autor desta pesquisa em prosseguir seus estudos num futuro próximo.

2 Metodologia

Este artigo é um estudo teórico, que se fundamenta na pesquisa bibliográfica de textos de referência (principalmente em dicionários), de textos didáticos (história comentada da filosofia), de textos científicos (obras de Antonio Meneghetti), de textos sobre a teoria do conhecimento e a crise das ciências (vide bibliografia, notadamente Vidor, Carotenuto e Azevedo), e de notas de aula apresentadas durante as aulas

realizadas no primeiro módulo do Curso de Graduação em Ontopsicologia da Antonio Meneghetti Faculdade, durante os períodos 2015/1 e 2015/2.

O período que se faz objeto de estudo teórico foi escolhido por ser a principal cronologia registrada da origem e da história da filosofia que toma o homem “como a medida de todas as coisas”, que, em âmbito geral, leva em consideração as possibilidades, e, portanto, as limitações do homem, e que reúne “as teorias que visam salvaguardar a ‘dignidade’ do homem diante das forças que a ameaçam” (ABBAGNANO, 2012, p. 603).

3 Evolução Histórica do Pensamento Filosófico Clássico

Era uma vez um tempo em que todos os fenômenos naturais eram atribuídos “aos deuses”. Estamos falando de cinco séculos e meio antes do nascimento de Cristo.

Todavia, a previsão do primeiro eclipse solar por Tales de Mileto⁴ não só o torna um rico empreendedor como demarca na história a primeira observação de um fenômeno, e dela se tira uma explicação. Trata-se da ruptura entre o *mithós* (mito) e o *logos* (razão), ou seja, afasta-se da origem “divina” do universo e passa a adotar a “razão” para explicar o mundo. Ainda que dele divirjam, Anaxímenes⁵ e Anaximandro⁶ concordam em relação à existência de um “princípio único” para a natureza primordial, que, por sua vez, constitui-se na essência do universo.

A eles, segue-se Pitágoras de Samos (571 a. C. – 490 a. C.), matemático responsável pela disseminação do pensamento pelo qual o princípio fundamental de todas as coisas seria o *número*, daí a defesa do ponto de vista segundo o qual o *cosmo* é

⁴ Tales de Mileto (623 a. C. – 558 a. C.), filósofo, matemático, engenheiro, empreendedor e astrônomo da Grécia Antiga, o primeiro filósofo ocidental de que se tem notícia. De ascendência fenícia, nasceu em Mileto, antiga colônia grega, na Ásia Menor, atual Turquia, por volta de 623 a.C. ou 624 a.C. e faleceu aproximadamente em 546 a.C. ou 548 a.C.. É apontado como um dos sete sábios da Grécia Antiga. Além disso, foi o fundador da Escola Jônica.

⁵ Anaxímenes de Mileto (588 a. C. – 524 a. C.), filósofo pré-socrático do Período Arcaico, e, tal como outros na sua escola de pensamento, praticou o materialismo monista. Esta tendência para identificar uma específica realidade composta de um elemento material constitui o âmago das contribuições que lhe deu fama. Escreveu a obra “Sobre a Natureza”, em prosa. Dedicou-se especialmente à meteorologia. Foi o primeiro a afirmar que a luz da Lua é proveniente do Sol.

⁶ Anaximandro de Mileto (610 a.C. — 547 a.C.), geógrafo, matemático, astrônomo, político e filósofo pré-Socrático; discípulo de Tales e seguidor da escola jônica. Acreditava que o princípio de tudo (o *arché* das coisas) era o apéiron, isto é, uma matéria infinita da qual todas as outras se cindem. Esse *a-peiron* é algo insurgido (não surgiu nunca, embora exista) e imortal.

regido por relações matemáticas. Geômetra, traz como contribuição as regras que regem a relação entre os lados do triângulo retângulo. Contemporaneamente, aparecem na história da filosofia Heráclito de Éfeso (535 a.C. – 475 a.C.) e Parmênides de Eléia (530 a.C. – 460 a.C.). O primeiro, também conhecido como o “pai da dialética”, vê no *devoir* a razão da mudança entre as coisas, também entendida como a alternância entre contrários. Dele, cria o aforismo *Panta rei os potamós* – escorre flui como um rio, ou “tudo escorre”. O segundo, contrariamente, compreende o abstrato, refutando as sensações como forma de se chegar à verdade das coisas. Afirma que “o ser é, o não ser não é”, colhendo a essência da Ontologia ao pretender que o *ser* é o fundamento de toda a dimensão existencial. O *ser* é em todas as coisas porque está em todo lugar, em todo o universo, imóvel e equivalente a todo o real. Famoso é o fragmento que trata do *devoir* incessante das coisas “não é possível entrar duas vezes no mesmo rio, nem tocar duas vezes uma substância mortal no mesmo estado; graças à velocidade do movimento, tudo se dispersa e se recompõe novamente, tudo vem e vai” (ABBAGNANO, 2012, p. 579).

Começa aqui, pontualmente, a inserção de algumas passagens do pensamento de Antonio Meneghetti para iniciar a construção de um paralelo à filosofia clássica. Afirma ele que “Ontopsicologia é o modo pelo qual a nossa razão pode colher o ser, o real entendido no sentido de um físico, de um matemático, de um filósofo antológico” (MENEGETTI, 2010, p. 145). Mais do que a compreensão do ser, é importante a verificação da existência e a aplicação de um critério capaz de demonstrar a verdadeira relação entre as coisas.

Neste ponto, é relevante considerar a diferenciação dos dois critérios para o proceder científico, sendo que:

É importante identificar o que é um princípio ou critério. O *critério* é o constituinte que garante a existência ou não de todos os seus correlatos, é um simples que pode tolerar um genérico vastíssimo. Os critérios para fundar qualquer ciência são de dois gêneros: o critério convencional (a opinião, *doxa*) e o critério de natureza. O *critério convencional* é aquele usado em todas as ciências exatas (estatística, matemática, física, medicina, química etc.). Os cientistas estabelecem um critério e, uma vez definido, procede-se ao longo de toda a demonstração através da aplicação do próprio critério. A ciência define-se objetiva se responde ao critério escolhido (MENEGETTI, 2010, p. 146).

O *critério de natureza* é uma medida que procede por evidência, responde a uma intenção de natureza, e concretiza o objeto ou o campo pré-escolhido. É a intencionalidade de natureza *quando e como* se evidencia. “Evidência” significa: a verdade do fato nasce de mim que vejo, ou seja, nasce do mesmo princípio através do qual se existe. “Evidência” é *ecceidade*, a ação em ato: a ação que se autorreflete. “Natureza” é tudo o que nasce da ação da vida. Ação da vida, natureza e existência são sinônimos. “Natureza”, do latim *quod*

oritur ex nato. Nato: o que a mente aciona. *Natus:* como a mente faz lugar, dá ato, como a intencionalidade psíquica se formaliza (MENEGHETTI, 2010, p. 147).

Mas, afinal, pode Protágoras⁷ afirmar que “o homem é a medida de todas as coisas”⁸, tal qual um “critério” verificador da verdade? “Só sei que nada sei”, contrapõe Sócrates⁹, ainda que como demonstração da sua crença na verdade, ainda que escondida em cada um de nós, ser visível somente aos olhos da razão?

E a verdade? “*Quid est veritas?*” (Pôncio Pilatos, governador da Judéia, no julgamento de Cristo). “*Conhece-te a ti mesmo*” (Inscrição no pátio do Templo de Apolo, em Delfos). “*Conhecereis a verdade, e a verdade vos libertará*” (João 8, 32)¹⁰. “*Veritas, vis quae ruit* = como a força corre naquele lugar” (Dicionário de Ontopsicologia¹¹).

Verdade ôntica: como a coisa é. *Verdade psicológica:* como o sujeito vê ou sabe. O real da angulação da realidade do sujeito (e não da sua opinião) (MENEGHETTI, 2008, p. 270).

Continua Sócrates afirmando que só “quem sabe não saber” coloca-se na exata atitude de pesquisa, enquanto quem acredita já saber a verdade nada faz verdadeiramente para buscá-la¹².

Uma máxima fundamental de seu pensamento (de Sócrates), que será depois retomada por Cícero e recordada por outros, pode ser considerada o fundamento sistemático do Humanismo geral clássico: “*homo sum, humani nihil a me alienum puto*”, isto é, sou o homem e tudo o que é humano sou eu, eu – enquanto homem – sou todo o humano (MENEGHETTI, 2014, p. 33).

⁷ Protágoras de Abdera (480 a. C. – 411 a. C.), sofista grego cuja frase original foi: “O homem é a medida de todas as coisas, das coisas que são, enquanto são, das coisas que não são, enquanto não são”.

⁸ À luz das descobertas da Ontopsicologia, Meneghetti aceita a posição de Protágoras exclusivamente segundo duas modalidades: em sentido positivo, deve ser entendida como a possibilidade, para quem quer que seja, de colher a verdade do universo segundo a seleção funcional da identidade do próprio Em Si ôntico. Colhe-se o verdadeiro segundo a exigência ontológica do Em Si ôntico (Nota de aula, Profª Dra. Patrícia Wazlawik, na disciplina de *Fundamentos Históricos e Epistemológicos da Ontopsicologia I*, Curso de Bacharelado em Ontopsicologia, Antonio Meneghetti Faculdade, ano de 2015).

⁹ Sócrates de Atenas (469 a. C. – 399 a. C.), filósofo ateniense do período clássico da Grécia Antiga. Creditado como um dos fundadores da filosofia ocidental, é até hoje uma figura enigmática, conhecida principalmente através dos relatos em obras de escritores que viveram mais tarde, especialmente dois de seus alunos, Platão e Xenofonte. Muitos defendem que os diálogos de Platão seriam o relato mais abrangente de Sócrates a ter perdurado da Antiguidade aos dias de hoje.

¹⁰ Coleção Folha Livros que Mudaram o Mundo – 18 Bíblia Sagrada, 2010, Levoir, Marketing e Conteúdos Multimídia S/A, p. 725.

¹¹ Dicionário de Ontopsicologia (Meneghetti, 2008, p. 270).

¹² Nota de aula, Profª Dra. Patrícia Wazlawik, na disciplina *Fundamentos Históricos e Epistemológicos da Ontopsicologia I*, Curso de Bacharelado em Ontopsicologia, Antonio Meneghetti Faculdade, ano de 2015.

E eis que Platão¹³ contribui de forma decisiva com a discussão sobre a verdade ao descrever a *Alegoria da Caverna*, ou *Mito da Caverna*, em sua obra “A República” mediante registro do diálogo entre Sócrates e Glauco (Vide Anexo I).

Verdade ou conhecimento? Do ponto de vista do conhecimento, aponta Carotenuto (2009), este é constituído por quatro “graus”, quais sejam:

Imaginação, que tem por objetivo as imagens sensíveis. *Crença*, que tem por objetivo a realidade sensível. *Pensamento discursivo*, cujo objetivo é constituído pelos entes puramente inteligíveis, caracterizados por uma maior universalidade e certeza, por exemplo, os números, as figuras geométricas, etc. *Intelecção*, que tem por objeto o aspecto puramente inteligível ou ideia, ou seja, as essências universais, que tem apenas uma pálida analogia com as realidades particulares correspondentes e podem ser conhecidas pela alma, se ela realiza uma conversão radical do olhar do externo ao interno (CAROTENUTO, 2009, p. 21).

Qual o sentido simbólico do mito da caverna? Divisa os graus do conhecimento de que forma? Reale e Antiseri (2014) notam que:

1. Antes de tudo, o mito da caverna traduz os diversos graus em que ontologicamente se divide a realidade, isto é, os gêneros do ser sensível e suprassensível com suas subdivisões: as sombras da caverna simbolizam as aparências sensíveis das coisas, as estátuas as próprias coisas sensíveis e as suprassensíveis; as coisas verdadeiras situadas do outro lado do muro são representações simbólicas do ser verdadeiro e das Ideias e o sol simboliza a Ideia do Bem;
2. Em segundo lugar, o mito simboliza os graus do conhecimento nas duas espécies em que ele se realiza e nos dois graus em que essas espécies se dividem: a visão das sombras simboliza a *eikasía* ou imaginação e a visão das estátuas representa a *pistis* ou crença; a passagem da visão das estátuas para a visão dos objetos verdadeiros e para a visão do sol, antes de forma mediata e posteriormente imediata, simboliza a dialética em seus vários graus e a intelecção pura;
3. Em terceiro lugar, o mito da caverna simboliza o aspecto ascético, místico e teológico do platonismo: a vida na dimensão dos sentidos e do sensível é a vida na caverna, assim como a vida na pureza e plenitude da luz é a vida na dimensão do espírito. O voltar-se do sensível para o inteligível é expressamente representado com a “libertação das algemas” como conversão, enquanto a visão suprema do sol e da luz em si mesma é a visão do Bem e a contemplação do Divino;
4. O mito da caverna, entretanto, expressa também a concepção política tipicamente platônica. De fato, Platão menciona também um “retorno” à caverna por parte do que se libertara das algemas, retorno cuja finalidade consiste na libertação dos em companhia dos quais ele antes se encontrava como escravo. Tal “retorno” representa certamente o retorno do filósofo-político, o qual, se atendesse apenas às solicitações de seu interesse,

¹³ Platão de Atenas (428 a. C. – 347 a. C.), filósofo e matemático do período clássico da Grécia Antiga, autor de diversos diálogos filosóficos e fundador da Academia em Atenas, a primeira instituição de educação superior do mundo ocidental. Juntamente com seu mentor, Sócrates, e seu pupilo, Aristóteles, Platão ajudou a construir os alicerces da filosofia natural, da ciência e da filosofia ocidental.

permaneceria atento apenas à contemplação do verdadeiro. Superando, porém, suas ambições, desce ele à caverna na tentativa de salvar os outros (o verdadeiro político, segundo Platão, não ama o comando e o poder, mas usa o comando e o poder como instrumentos para a produção de serviços destinados à realização do bem). O que poderá, entretanto, acontecer a quem desce de novo na caverna? Passando da luz para a escuridão, ele não conseguirá enxergar enquanto não se habituar novamente à falta de luz; terá dificuldades em se readaptar aos costumes dos antigos companheiros, se arriscará a não ser por eles entendido e, tomado por louco, correrá até mesmo o risco de ser assassinado, como aconteceu com Sócrates e como poderá acontecer com todos os que testemunhem em dimensão socrática (REALE, 2014, p. 167-168).

Contudo, seguindo Platão, Aristóteles¹⁴ decide na *Academia* deste entrar, logo ali onde se tem a *episteme* (ciência) como fundamento da realidade, e nela permanece por vinte anos. Contribui sobremaneira com o avanço da cultura clássica defendendo pela primeira vez o conceito de *psychè* (alma) de modo científico, capaz de diferenciar o “vivente” como distinção do mundo inorgânico, uma vez que possui a alma com princípio interno da sua atividade. Desenvolve tal modo científico elencando as ideias defendidas por seus precursores e depois exprimindo sua posição, na qual a alma é descrita como *entelequéia*, ou “a atitude do corpo orgânico a funcionar” – a alma é fonte de movimento que comunica ao corpo e sem partes¹⁵.

Considerado o primeiro estudioso de psicologia, Aristóteles representa o fundamento científico da lógica racional, isto é, se pergunta como a mente funciona, como o homem mede o que observa. Pergunta-se quem gere os cinco sentidos. Não se interessa apenas em compreender como é a natureza, mas sim compreender quem a conhece; quer entender como funciona o raciocínio, como a mente elabora os conceitos e como faz para compreender as coisas¹⁶. Em suma, “Aristóteles institui uma ligação

¹⁴ Aristóteles de Estagira (384 a. C.-322 a. C.), filósofo grego, aluno de Platão e professor de Alexandre, o Grande. Seus escritos abrangem diversos assuntos, como a física, a metafísica, as leis da poesia e do drama, a música, a lógica, a retórica, o governo, a ética, a biologia e a zoologia. Juntamente com Platão e Sócrates, Aristóteles é visto como um dos fundadores da filosofia ocidental. Em 343 a. C. torna-se tutor de Alexandre da Macedônia, na época com treze anos de idade, que será o mais célebre conquistador do mundo antigo. Em 335 a.C. Alexandre assume o trono e Aristóteles volta para Atenas onde funda o Liceu.

¹⁵ *En* (dentro) + *telos* (finalidade): *entelos* (finalidade interior) + *echein* (ter): é a realização plena e completa de uma tendência, potencialidade ou finalidade natural, concluindo um processo transformativo de todo e qualquer ser. É o ser em ato – plenamente realizado – em oposição ao ser em potência; - Aristóteles defende que todo ente se desenvolve a partir de uma causa final interna a ele. Enteléquia seria a tensão de um organismo para se realizar segundo leis próprias, passando da potência ao ato.

¹⁶ Nota de aula, Profª Dra. Patrícia Wazlawik, disciplina de *Fundamentos Históricos e Epistemológicos da Ontopsicologia I*, Curso de Bacharelado em Ontopsicologia, Antonio Meneghetti Faculdade, ano de 2015.

estreitíssima entre alma e corpo, uma vez que define a *alma* como *forma e ato de um corpo vivente e dotado de órgãos*” (CAROTENUTO, 2009, p. 22).

Ademais, Aristóteles articula a *epagogè* psicológica, método para aprender os princípios das ciências, traduzido como **indução**, e assim descreve dois processos:

1. O *processo, de ordem psicológica*, que, a partir das sucessivas sensações de objetos pertencentes a uma mesma espécie, conservadas na memória e sobrepostas umas às outras, com um ato intuitivo, extrai a *forma inteligível* (conceito ou essência), expressa na *definição*;
2. O *procedimento lógico indutivo* que, a partir de premissas particulares, formuladas em base a observações de espécies diversas pertencentes a um certo gênero, consente chegar a conclusões gerais, que representam depois a base ou o princípio das demonstrações da ciência que se refere àquele gênero. (CAROTENUTO, 2009, p. 24).

Evolui Aristóteles, e defende a proposição do raciocínio perfeito composto de três partes, das quais duas funcionam como antecedentes, sendo assim chamadas *premissas*, e a terceira é a *consequência*, isto é a *conclusão* que brota das premissas. A isso, chamamos “silogismo”, ou seja, “raciocínio lógico todo junto, completo”.

No silogismo, existe sempre um conjunto de três termos, sendo que um faz a junção dos outros dois. No exemplo clássico de silogismo: (a) se todos os *homens* são mortais, (b) e se Sócrates é *homem*, (c) então Sócrates é mortal. Como se vê, o fato de Sócrates ser mortal é consequência que brota necessariamente do fato de se ter estabelecido que todo homem é mortal e que Sócrates, precisamente, é homem. (...) Enquanto tal, o silogismo mostra qual é a própria essência do raciocinar, isto é, qual a estrutura da interferência e, portanto, prescinde do conteúdo de verdade das premissas (e, consequentemente, das conclusões). Já o silogismo “científico” ou “demonstrativo” se diferencia do silogismo em geral precisamente porque além da correção formal da inferência, também diz respeito ao valor de verdade das premissas (e das consequências). (...) O silogismo é processo substancialmente dedutivo, porquanto extrai verdades particulares de verdades universais. Mas como são colhidas as verdades universais? Aristóteles nos fala de (a) “indução” e de (b) “intuição” como de processos em certo sentido opostos ao processo silogístico, mas que, de qualquer forma, são pressupostos pelo próprio silogismo (REALE, 2014, p. 214-216).

Ainda que certamente considerada a maior referência científica e filosófica da Antiguidade, Aristóteles não consegue alavancar todas as premissas possíveis à luz da evolução do conhecimento. Nova contribuição de Meneghetti (2014) para a compreensão do próximo passo:

Em grego existe o termo *logos* (pensamento, forma, lógica), existem outras palavras de acréscimo, dedução etc., Aristóteles forma os primeiros princípios da filosofia, a extraordinária inteligência do *silogismo apodítico*, no qual se constroem as relações entre princípios racionais que documentam e provam em modo absoluto que aquilo que é derivado é indiscutível. Mas

em toda a inteligência grega não existe em modo preciso a palavra “razão”. São os grandes latinos que criam a palavra *ratio*, da qual “razão”, que significa medida, confronto. Quando se faz confronto, está implícito um critério mensurador: a mente. Os latinos sabiam dar o concreto àquele mundo tão logístico: *davam o verismo às lógicas*. Por exemplo, quem é o titular do direito, o que é a riqueza etc.? O titular é o *dominus*, o senhor (sujeito), que é individuado caso a caso em relação àquela específica *res* (objeto). O homem tem esse princípio que deriva do *intelecto*, que é um termo geral do ato da entidade espiritual do homem. Mais precisamente, o intelecto é a mente quando se aplica e configura e confronta segundo um critério, uma lógica (racionalidade) (MENEGETTI, 2014, p. 31-32).

Em referência à estrutura científica da Ontopsicologia, nela está definido o seu método como “método *bilógico*, processo racional indutivo-dedutivo, com novidade dos princípios complementares do campo semântico, Em Si ôntico, monitor de deflexão”¹⁷.

O termo “bilógico” assume dois significados: a) Método indutivo-dedutivo. Segundo a divisão dos princípios da ciência (de Aristóteles a Kant, etc.) existem dois sistemas de conhecimento: 1) indutivo e 2) dedutivo. No primeiro, a partir de alguns casos conhecidos, chega-se a formular uma lei, um projeto geral. Do igual de diversos particulares chega-se a uma unidade de causa. O método indutivo é capacidade de inteligência. No segundo, parte-se de elementos já demonstrados e, caso se encontre um fenômeno, igual àqueles precedentemente estudados, deduz-se que ele responda às mesmas leis. De uma lei geral, chega-se à formulação de uma lei particular nela implícita. Segundo o sistema científico, todos podem verificar certo processo no método dedutivo e, por essa razão, ele é largamente aplicado a qualquer contexto, pesquisa ou estudo; b) Lógica “científica” e lógica “paranormal” (MENEGETTI, 2010, p. 131-132).

Eis que a contribuição de Aristóteles é importante, mas não suficiente. Tem-se apenas a compreensão de parte do argumento:

- a) A *indução* é o procedimento através do qual do particular se extrai o universal. Apesar de, nos *Analíticos*, Aristóteles tentar mostrar que a própria indução pode ser tratada silogisticamente, essa tentativa permanece inteiramente isolada. E ele reconhece, ao contrário, simplesmente, que a indução não é raciocínio, mas sim um “ser conduzido” do particular ao universal através de uma espécie de visão imediata ou de intuição, que a experiência torna possível. Em essência, a indução é o processo abstrativo.
- b) A *intuição*, ao contrário, é a captação pura dos princípios primeiros por parte do intelecto. Assim, também Aristóteles (como Platão já havia feito, embora de modo diverso) admite uma intuição intelectual: com efeito, a possibilidade do saber “mediato” pressupõe estruturalmente um saber “imediato” (REALE, 2014, p. 216).

Neste ponto, tem-se a ideia de ciência como *episteme* elaborada pelo pensamento grego clássico, isto é, “saber racional voltado ao conhecimento do universal

¹⁷ Manual de Ontopsicologia (Meneghetti, 2010, p. 131).

e capaz de dar conta do próprio fundamento e do próprio método” (CAROTENUTO, 2009, p. 26).

A ciência, assim entendida, resultava não apenas oposta à opinião – *doxa* – e ao conhecimento puramente empírico, irreflexo e de rotina, mas também, pelo seu caráter desinteressado e puramente especulativo, hierarquicamente superior ao saber aplicado das *tècnai* – artes – embora necessárias ao homem. A idade helenística herda tal concepção, mas a reelabora profundamente no interior de mudadas condições econômicas, sociais e institucionais. O dado de fundo da ideia helenística de ciência é autonomizar-se das disciplinas científicas regionais, que produz um vigoroso desenvolvimento da pesquisa, mas, ao mesmo tempo, parece assinalar uma crescente separação entre o saber científico e uma filosofia que conservava a sua ambição de conhecimento do universal, embora com prevalentes finalidades ético-práticas (CAROTENUTO, 2009, p. 26).

Avança no tempo o Helenismo, tornando as correntes do Epicurismo, do Estoicismo, do Ceticismo e do Gnosticismo as principais referências da teoria do conhecimento ao final do milênio e se chega à Era Cristã.

Os estoicos sustentam que o princípio discriminante do justo e do injusto reside na *natureza*, portanto são favoráveis ao direito natural, que é entendido como a lógica racional do Em Si do homem, não a natureza dos índios, da improvisação, de muitos que devem ainda chegar à dignidade de ser homem. (...) Os estoicos eram cosmopolitas: unindo a filosofia grega àquela romana, foram os primeiros a formular o conceito de *humanitas*. Entre os vários ideais, recorde-se daquele pelo qual *o homem deve ser para qualquer outro homem algo de sacro* (MENEGETTI, 2014, p. 34-36).

Os padres latinos anteriores a Santo Agostinho foram geralmente muito pouco atraídos pela filosofia e, mesmo quando se ocuparam dela, não criaram ideias verdadeiramente novas. A formação cultural dos primeiros apologistas foi de caráter jurídico-corretórico, especialmente no sensível e vivo ambiente africano. Em outros padres prevaleceram os interesses estritamente teológicos e pastorais ou então filológicos e eruditos. Em geral, o lugar que eles ocupam na história da filosofia é bastante modesto. Sendo assim, limitarmos-nos a uma abordagem sintética, com o objetivo de conhecer, ainda que apenas em linhas gerais, o fundo sobre o qual surgiu a poderosa figura de Santo Agostinho (REALE, 2015, p. 71).

Santo Agostinho (354-430) é o teólogo e filósofo mais importante da Igreja Católica, com formação cultural baseada na língua e na inspiração latina, com forte atuação na retórica, disciplina que ensina na África e em Milão. Suas obras são divididas entre aquelas de caráter filosófico, as teológicas e os escritos exegéticos e polêmicos. *Confissões* é sua obra mais significativa.

Seu pensamento é fortemente influenciado por Plotino¹⁸ que “retoma e concluía precedente tradição filosófica” (CAROTENUTO, 2009, p. 33), inaugurando o neoplatonismo e defende que “o fazer supremo do homem é contemplar o mundo,

¹⁸ Plotino (205-270), filósofo neoplatônico.

assemelhando o próprio logos ao logos cósmico, que opera permanecendo imóvel e, portanto, permanecendo em si” (CAROTENUTO, 2009, p. 34).

Expoente máximo da Patrística, Santo Agostinho afirma que “o conhecimento é atividade da alma, inclusive no nível da sensação, experiência que a alma exerce por meio do corpo, usando-o como seu instrumento” (CAROTENUTO, 2009, p. 36). Contemporaneamente, Pelágio (360-420) sustenta que o homem é capaz da própria realização, havendo então a intervenção do divino, o que lhe dá a possibilidade do sobrenatural.

Pelágio deve ser considerado um humanista para todos os efeitos enquanto introduz um conceito fundamental, ou seja, que *o homem é capaz de operar o bem* (...). Contrariamente ao que sustentava a Igreja em relação à gratuidade, Pelágio considerava que o homem é capaz de alcançar determinados níveis de autorrealização. Para a Igreja cristã, toda participação da graça em si (santificante) é concessão livre e exclusiva de Deus. Por isso, o homem, sem a intervenção gratuita de Deus, é *incapaz* de qualquer obra boa (MENEGETTI, 2014, p. 37).

Assim, chega-se à Escolástica¹⁹, surgem as Universidades, e tem-se a disputa pelo primado entre a razão e a fé.

Nos primeiros anos do cristianismo, assistimos a uma completa transformação do próprio modo de entender o conhecimento. O conflito entre a verdade revelada (Bíblia e Evangelhos) e verdade filosófica é enfrentado por diversos autores e é uma das principais questões do debate filosófico, juntamente ao problema dos Universais, à confutação das heresias e à definição da teorese cristã. Agostinho, como vimos, resolve o conflito afirmando a prioridade da fé sobre a razão. Na época patrística, as relações entre cristianismo e cultura pagã desenvolvem-se até chegar à apropriação do pensamento antigo por parte do cristianismo. O primeiro ato de tal apropriação do pensamento antigo é o uso, por parte do evangelista João, do termo *logos* para indicar o Cristo (CAROTENUTO, 2009, p. 40).

Todavia, contrapõe Meneghetti (2014):

Santo Agostinho e a Igreja Católica (que queria recuperar a autoridade do império romano na forma da “ideologia cristã”) extraem essa exclusiva santidade, de algumas frases do Evangelho de Cristo: “Eu sou a luz do mundo”, “Eu sou a videira, vocês os ramos (...) sem mim nada podeis fazer” etc. Mas tudo isso é a angulação de uma fé escolhida. Não é de modo algum a identidade de natureza do homem. E muito menos a queda do Éden pode mortificar um projeto da criação. Seria uma subversão de leis universais (constante H) cujo êxito seria o desaparecimento por autodestruição do

¹⁹ Em sentido próprio, a filosofia cristã da Idade Média. Nos primeiros séculos da Idade Média, era chamado de *scholasticus* o professor de artes liberais e, depois, o docente de filosofia ou teologia que lecionava primeiramente na escola do convento ou da catedral, depois na Universidade. Portanto, literalmente, Escolástica significa filosofia da escola. Como as formas de ensino eram duas (*lectio*, que consistia no comentário de um texto, e *disputatio*, que consistia no exame de um problema através da discussão dos argumentos favoráveis e contrários), na Escolástica a atividade literária assumiu predominantemente a forma de *Comentários* ou de coletâneas de questões (ABBAGNANO, 2012, p. 401).

humano. A natureza não conserva erros. À parte que na Bíblia existem diversas asserções que contradizem: “A luz do teu rosto está impressa sobre nós, Senhor”; “Deus criou o homem à sua imagem” (intelecto e vontade); “Senta-te à minha direita”; “Tenho-vos chamado amigos”; “Para que comais e bebais à minha mesa no meu reino, e vos assenteis sobre tronos” etc. E depois é uma ordem bastarda, não inteligente, dar uma aspiração somente para frustrá-la. Se não sou capaz, por que condenar-me? Cai o pressuposto da responsabilidade. Além disso, muitos não cristãos são iluminação para si e para outros: Buda, Confúcio, Maomé, Sócrates, Moisés, Abraão, Platão etc. (MENEGHETTI, 2014, p. 38-39).

Avicena (980-1037) e Averróis (1126-1198) divergem entre si, o primeiro na defesa do “intelecto agente” “não como uma faculdade do intelecto individual, mas como realidade separada e única para todos os homens” (CAROTENUTO, 2009, p. 43), e o segundo abrindo a possibilidade de existir “não apenas o intelecto agente – único e comum a todos – mas também o intelecto possível ou potencial” (CAROTENUTO, 2009, p. 44). Outro modo de comparar o pensamento desses dois filósofos é considerar a questão de como o intelecto é formado, começando por Avicena – “o intelecto agente único é definido por ele como *dator formarum* (doador de formas) porque doa o conhecimento das formas” (CAROTENUTO, 2009, p. 44) – enquanto Averróis sustenta que:

“o homem singular não tem uma capacidade própria e autônoma de compreender e nem mesmo aquela, admitida por Avicena, de ser movido a conhecer pelo intelecto agente. Para o homem singular, o conhecimento é um evento que se determina quando o intelecto agente – único para todos os homens – ilumina o intelecto possível – também este único – permitindo-lhe apreender os inteligíveis e atuar-se como conhecimento intelectual” (CAROTENUTO, 2009, p. 44).

“Doctor Angelicus”, “Doctor Communis” e “Doctor Universalis” são algumas das alcunhas utilizadas para descrever a erudição de Tomás de Aquino (1225-1274). Resgata as ideias de Aristóteles e tenta sintetizá-las aos princípios do cristianismo. *Suma Teológica* – escrita entre 1265 e 1273 – é sua principal obra literária²⁰.

Como Aristóteles, também Tomás acompanha a reflexão sobre a natureza da alma considerando as faculdades cognoscitivas, sensível e intelectual. Segundo Tomás de Aquino, os diversos sentidos distinguem-se entre si pelas *operações* que exercem, as quais, por sua vez, diferenciam-se pelos respectivos objetos. O objeto define o âmbito em que uma faculdade pode operar. A distinção entre conhecimento sensitivo e conhecimento intelectual é estabelecida com o mesmo critério: o intelecto distingue-se do sentido porque o objeto do conhecimento intelectual, ao invés do sensível, é

²⁰ Tomás de Aquino faz menção à verdade em uma das passagens do livro: “*A verdade, considerada como virtude, não é a verdade comum, mas uma certa verdade, pela qual o homem se mostra como é, nas palavras e nas obras. A verdade da vida é aquela pela qual o homem, na sua vida, realiza o fim para o qual foi ordenado pelo intelecto divino...*”.

inteligível. O intelecto transcende o sentido assim como o inteligível (o conceito) transcende o sensível e como o universal, estável e sempre idêntico, transcende o particular múltiplice. (...) O conhecimento sensível representa, de fato, uma premissa ineliminável àquela intelectual: *nihil est in intellectu quod prius non fuerit in sensu*, ou seja, nada que não tenha sido objeto de conhecimento sensível pode ser conhecido intelectualmente, como dizia Aristóteles (CAROTENUTO, 2009, p. 47-48).

Afirma Antonio Meneghetti (2010) sobre Tomás de Aquino, em breve passagem do *Manual de Ontopsicologia*:

Com São Tomás inicia a recuperação da noção de “intelecto”, pertencente à filosofia clássica. Ele restitui à civilização o patrimônio do pensamento de Aristóteles, embora elaborado através da revelação teológica cristã. Para São Tomás, a presença do inteligível ao intelecto é dada pela intuição. Como tal, ela é própria do intelecto divino, no qual todas as coisas são presente *ab eterno* (desde a eternidade), enquanto o intelecto humano as conhece por abstração, isto é, abstraindo a forma das coisas. Portanto, de modo direto e discursivo (MENEGHETTI, 2010, p. 84).

Chega-se, então, à chamada “filosofia franciscana”, isto é, ligada à ordem religiosa dos “frades menores” (*Ordo Fratrum Minorum*, ou Ordem dos Frades Menores), também conhecida como Ordem de São Francisco de Assis ou Ordem dos Franciscanos. São expoentes dessa fase Boaventura de Bagnoregio (1221-1274), Roger Bacon (1210-1292), João Duns Scotus (1266-1308) e Guilherme de Ockham (1285-1347).

Os dois primeiros, respectivamente, apresentam o *itinerarium mentis in Deum* – “um entrelaçamento de raciocínio e oração, enquanto orando, somos iluminados de modo a conhecer as etapas de ascensão a Deus” (CAROTENUTO, 2009, p. 49) e, a partir “da ideia de *unidade de sapiência* (...) o projeto de uma enciclopédia destinada a reedificar o saber, de modo a suportar a reedificação da Igreja” (CAROTENUTO, 2009, p. 51).

Entretanto, maior importância se dá à inédita menção à *haecceitas* (ecceidade) por Duns Scotus, assim definida por Meneghetti (2012):

Ecceidade: Ser exclusivamente aqui. Configuração a um particular presente em ato que especifica uma referência comum. Acontecimento individuado de um genérico. Conceito ou experiência máxima de presença identificada. Identidade em lugar distinto e específico (MENEGHETTI, 2012, p. 81).

Resta claro que a interpretação de Duns Scotus tratava da *haecceitas* como equivalente à individuação, ou seja, colocando em Deus a máxima referência do indivíduo. No que tange ao conhecimento, divide-o em:

- a. O *conhecimento intuitivo*, próprio dos sentidos e do intelecto, colhe a existência do objeto enquanto atualmente presente;
- b. O *conhecimento abstrato* prescinde da existência do objeto, uma vez que é o conhecimento do universal, obtido precedendo a partir das coisas singulares (CAROTENUTO, 2009, p. 55).

Meneghetti (2010) endereça essa diferença da seguinte forma:

O primeiro a cunhar o termo “ecceidade” foi Duns Scotus, mas eu não uso essa palavra na mesma acepção. Com “ecceidade”, Duns Scotus entendia o modo de presença da alma, onde o espírito divino se tornava presença, portanto, a última individuação. Para ele, “ecceidade” e “individuação” eram a mesma coisa. Por isso, na linguagem teológico-filosófica, a última ressonância de Deus está no indivíduo, na sua singularidade, indivisa e distinta. Em vez disso, quando uso o termo “ecceidade”, eu pretendo abrir o ser. Não é contraditório com o quanto dito por Scotus, mas é um continuativo, um reforçativo. *Com o conceito de “ecceidade” quero romper o sujeito e o objeto. Faço o sujeito dentro do objeto, o romper-se do objeto e do sujeito. Praticamente “ecceidade” é a superação tanto do objeto quanto do sujeito. Enquanto colocamos o sujeito, devemos sempre entender uma relação; o mesmo vale para o objeto. Ao invés, “ecceidade” é a vista em cor de da realidade. Não é sujeito, nem objeto, nem relação: é uma síntese, é o íntimo daquilo que é “em si”. O conceito de “ecceidade” de Duns Scotus era mais em relação ao indivíduo, ao invés, o meu é mais uma exasperada introspecção ao conceito de real, ou seja, sou mais ontológico, enquanto Scotus estava mais sobre a vertente psicológica. “Ecceidade” é algo que é por evidência. Procede do ser: o real se abre e se certifica sem mediação. Autojustifica-se por autoposição, ou seja, *a verdade é autóctise*, quando é por autoevidência. Esse é o princípio da Ciência Ontopsicológica” *o real evidencia-se pela autóctise do indivíduo operador de realidade* (MENEGHETTI, 2010, p. 154-155).*

Já Guilherme de Ockham defende ser a “lógica” a melhor alternativa para a evolução do conhecimento, iniciando uma escola filosófica caracterizada pelos seguintes pontos básicos:

1. *Empirismo*, como privilégio concedido à experiência (ou “conhecimento intuitivo”) para a prova e a verificação da verdade;
2. *Nominalismo*, negação da realidade dos universais e sua redução a signos naturais;
3. *Terminismo*, lógica da *suposição*, para a qual os conceitos são termos que estão em lugar das coisas reais;
4. *Ceticismo teológico*, segundo o qual é impossível demonstrar ou racionalizar as verdades da fé e atribui-se às provas da existência de Deus apenas valor provável (ABBAGNANO, 2012, p. 847).

Todavia, sua contribuição mais destacada é identificada como a *Navalha de Ockham*, “*Entia non sunt multiplicanda praeter necessitatem*” – “Não se multipliquem os entes se não for necessário” – cuja compreensão passa pela premissa de que,

existindo diversas soluções e não havendo nenhuma evidência de que uma se sobrepõe às outras, vale aquela mais simples, ou seja, se existem dois caminhos para se chegar à mesma conclusão ou solução, que seja utilizado o mais curto, menos complexo. Não o mais fácil, e sim o mais simples.

Por fim, ao tratar do conhecimento, segundo Carotenuto (2009), Guilherme de Ockham coloca no seu fundamento

a intuição da existência ou da não existência das coisas. **O conhecimento intuitivo é o conhecimento evidente**: surge do encontro do sujeito com a realidade objetiva e exige, portanto, a presença da realidade conhecida. A intuição não concerne apenas ao conhecimento sensível, mas também o conhecimento intelectivo: o individual existente, portanto, é ao mesmo tempo objeto do conhecimento intuitivo tanto do *sentido*, quanto do *intelecto*. Juntamente ao conhecimento intuitivo das realidades atuais, definido *perfeito*, Ockham coloca adicionalmente o conhecimento intuitivo *imperfeito*, concernente a realidades existentes no passado. O segundo momento do conhecimento humano é o *conhecimento abstrato*, o qual prescinde da existência do objeto e pode ser conhecimento do singular ou do universal. O conhecimento abstrato de um ente singular é ligado ao permanecer de uma representação do objeto na mente, em decorrência do conhecimento intuitivo, uma vez que o conhecimento abstrato de um conceito universal – enquanto ato de pensamento que significa uma multiplicidade de coisas singulares – é dado pela repetição de atos cognoscitivos referentes a objetos similares. Portanto, o conhecimento abstrato refere-se sempre a objetos conhecidos por meio da intuição. Não possui, porém, **a evidência do conhecimento intuitivo**, ligada à relação imediata entre o sujeito cognoscente e a realidade conhecida, evidência que **faz do conhecimento intuitivo o princípio da ciência** (CAROTENUTO, 2009, p. 56-57).

Temos aqui, portanto, o ponto de inflexão: para se fundar qualquer ciência, são necessários dois gêneros de critérios, quais sejam, (a) critério convencional e (b) critério de natureza.

Percorremos uma larga distância, de Tales à Ockham, e ainda assim tudo o que resulta são afirmações convencionadas, defendidas e discutidas entre si, apoiadas e refutadas conforme o surgimento e o fortalecimento da Igreja, com ou sem a alusão ao divino, pagão ou cristão.

Contribui aqui, decisivamente, Meneghetti (2004, grifo nosso) ao definir *critério de natureza* como “uma medida que **procede por evidência**, responde a uma intenção de natureza e concretiza o objeto ou o campo pré-escolhido. É a intencionalidade de natureza *quando e como se evidencia*”. Complementando, “*Evidência: a verdade daquele fato nasce de mim que vejo, ou seja, nasce do mesmo princípio através do qual se existe*” (MENEGETTI, 2004, p. 243).

Retomando a premissa originária estabelecida no título “A insubstituível função da Ontopsicologia na compreensão do ser humano frente ao conhecimento proporcionado pelo Humanismo Clássico”, temos a convicção de ter coberto inúmeras variáveis, apontado diversas contribuições e elencado incontáveis informações que definem o papel do Humanismo Clássico na compreensão do ser humano, mas não deixando de pontuar a contribuição da Ontopsicologia em absoluto e imprescindível complemento a milhares de anos de história para o entendimento do indivíduo protagonista da vida.

4 Considerações Finais

A propósito da evolução do pensamento filosófico clássico, e sua inegável contribuição ao conhecimento humano, tem-se a sensação de que ainda prevalece a opinião (*doxa*) sobre a ciência (*episteme*). Da letra de Alécio Vidor²¹, extraímos:

A lógica não é suficiente para dar valor de verdade à Filosofia. Comumente, a história da Filosofia apresenta opiniões de filósofos, porque suas ideias sempre estão comprometidas com convicções e ideologias assumidas e a consciência mediante a cultura aprendida tende a sacrificar a verdade em defesa de compromissos de ordem política, social, nas quais impera uma ideologia fixa. Com frequência as ideias limitam-se a ser projeções do arquivo de uma memória oculta ou inconsciente e não correspondem a uma evidência imediata que as sustente. Uma vez formadas tais ideias, inseminal-se novas mentes que por adesão afetiva as adotam como próprias. Com esta análise não se afirma que na história da Filosofia, todos os filósofos produziram tão somente projeções falsas. Muitos deles tiveram lampejos intuitivos de sabedoria e valor humano, e vários deles transmitiram aspectos autênticos de conhecimento que são de valor para humanizar. Para verificar esse fato basta conhecer a história de vida individual de um autor, porque a vida individual de um pensador nos leva a ver os valores decorrentes de vida e os valores avulsos a ela, decorrentes de complexos pessoais inconscientes ou conscientes (VIDOR, 2015, p. 17).

²¹ **Alécio Vidor** nasceu em de 25 de agosto de 1938, em Osório-RS. Possui graduação em Teologia pelo Escolasticado São Jose (1964), graduação em Pedagogia pela Universidade de Passo Fundo (1968), graduação em Filosofia pela Universidade de Passo Fundo (1971), formação em Ontopsicologia pela Associação Internacional de Ontopsicologia – Roma (1978), Mestrado em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica São Tomás de Aquino – Roma e Doutorado em Filosofia pela Pontifícia Universidade São Tomas de Aquino – Roma (1973). Sua tese de doutorado foi revalidada no Brasil, ingressando por concurso como professor na Universidade Federal de Santa Maria, onde trabalhou de 1982 a 1996, chegando ao cargo de professor titular da instituição. Atualmente, é professor da Antonio Meneghetti Faculdade nos cursos de Bacharelado em Ontopsicologia nas disciplinas de Filosofia e Lógica (Módulo 1), e disciplinas de Filosofia nos cursos de graduação em Administração e Direito e da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, além de presidir a Fundação Antonio Meneghetti.

Ademais, segue nessa linha afirmação do mesmo autor dando conta que “se o homem reflete a verdade que nasce do seio da própria identidade ele aprende como agir para construir os valores da própria existência e realizá-la” (VIDOR, 2015, p. 15).

Referências

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

AZEVEDO, Érico de Lima. **Da fenomenologia de Husserl ao nexo antológico de Antonio Meneghetti**. Prêmio Meneghetti 2013 per La Ricerca in Economia, Medicina, Fisica e Filosofia. Brasil, 2012.

CAROTENUTO, Margherita. **Histórico sobre as teorias do conhecimento**. Recanto Maestro: Ontopsicológica Editora Universitária, 2009.

MENEGHETTI, Antonio. **Dicionário de Ontopsicologia**. 2. ed. Recanto Maestro: Ontopsicológica Editora Universitária, 2008.

MENEGHETTI, Antonio. **Do Humanismo Histórico ao Humanismo Perene**. Recanto Maestro: Ontopsicológica Editora Universitária, 2014.

MENEGHETTI, Antonio. **Manual de Ontopsicologia**. 4. ed. Recanto Maestro: Ontopsicológica Editora Universitária, 2010.

MENEGHETTI, Antonio. **O Em Si do Homem**. 5. ed. Recanto Maestro: Ontopsicológica Editora Universitária, 2004.

REALE, Giovanni; ANTISERI, Dario. **História da Filosofia**. Antiguidade e Idade Média. Vol. 1. São Paulo: Paulus, 2014.

REALE, Giovanni; ANTISERI, Dario. **História da Filosofia**. Patrística e Escolástica. Vol. 2. São Paulo: Paulus, 2015.

VIDOR, Alécio. A filosofia pura é ontologia. In: Fundação Antonio Meneghetti. **Ontopsicologia: Ciência Interdisciplinar**. Vol. 1. Recanto Maestro: Fundação Antonio Meneghetti, 2015.

Anexo I - Texto completo da “Alegoria da Caverna” contido no livro “A República” de Platão

Sócrates – Agora imagina a maneira como segue o estado da nossa natureza relativamente à instrução e à ignorância. Imagina homens numa morada subterrânea, *em forma de caverna, com uma entrada aberta à luz; esses homens estão aí desde a infância, de pernas e pescoço acorrentados, de modo que não podem mexer-se nem ver senão o que está diante deles, pois as correntes os impedem de voltar a cabeça; a luz chega-lhes de uma fogueira acesa numa colina que se ergue por detrás deles; entre o fogo e os prisioneiros passa uma estrada ascendente. Imagina que ao longo dessa estrada está construído um pequeno muro, semelhante às divisórias que os apresentadores de títeres armam diante de si e por cima das quais exibem as suas maravilhas.*

Glauco – Estou vendo.

Sócrates – Imagina agora, ao longo desse pequeno muro, homens que transportam objetos de toda espécie, que o transportem: estatuetas de homens e animais, de pedra, madeira e toda espécie de matéria; naturalmente, entre esses transportadores, uns falam e outros seguem em silêncio.

Glauco – Um quadro estranho e estranhos prisioneiros.

Sócrates – Assemelham-se a nós. E, para começar, achas que, numa tal condição, eles tenham alguma vez visto, de si mesmos e dos seus companheiros, mais do que as sombras projetadas pelo fogo na parede da caverna que lhes fica de frente?

Glauco – Como, se são obrigados a ficar de cabeça imóvel durante toda a vida?

Sócrates – E com as coisas que desfilam? Não se passa o mesmo?

Glauco – Sem dúvida.

Sócrates – Portanto, se pudessem se comunicar uns com os outros, não achas que tomariam por objetos reais as sombras que veriam?

Glauco – É bem possível.

Sócrates – E se a parede do fundo da prisão provocasse eco, sempre que um dos transportadores falasse, não julgariam ouvir a sombra que passasse diante deles?

Glauco – Sim, por Zeus!

Sócrates – Dessa forma, tais homens não atribuirão realidade senão às sombras dos objetos fabricados.

Glauco – Assim terá de ser.

Sócrates – Considera agora o que lhes acontecerá, naturalmente, se forem libertados das suas cadeias e curados da sua ignorância. Que se liberte um desses prisioneiros, que seja ele obrigado a endireitar-se imediatamente, a voltar o pescoço, a caminhar, a erguer os olhos para a luz: ao fazer todos estes movimentos sofrerá, e o deslumbramento impedi-lo-á de distinguir os objetos de que antes via as sombras. Que achas que responderá se alguém lhe vier dizer que não viu até então senão fantasmas, mas que agora, mais perto da realidade e voltado para objetos mais reais, vê com mais justeza? Se, enfim, mostrando-lhe cada uma das coisas que passam, o obrigar, à força de perguntas, a dizer o que é? Não achas que ficará embaraçado e que as sombras que via outrora lhe parecerão mais verdadeiras do que os objetos que lhe mostram agora?

Glauco – Muito mais verdadeiras.

Sócrates – E se o forcarem a fixar a luz, os seus olhos não ficarão magoados? Não desviará ele a vista para voltar às coisas que pode fitar e não acreditará que estas são realmente mais distintas do que as que se lhe mostram?

Glauco – Com toda a certeza.

Sócrates – E se o arrancarem à força da sua caverna, o obrigarem a subir a encosta rude e escarpada e não o largarem antes de o terem arrastado até a luz do Sol, não sofrerá vivamente e não se queixará de tais violências? E, quando tiver chegado à luz, poderá, com os olhos ofuscados pelo seu brilho, distinguir uma só das coisas que ora denominamos verdadeiras?

Glauco – Não o conseguirá, pelo menos de início.

Sócrates – Terá, creio eu, necessidade de se habituar a ver os objetos da região superior. Começará por distinguir mais facilmente as sombras; em seguida, as imagens dos homens e dos outros objetos que se refletem nas águas; por último, os próprios objetos. Depois disso, poderá, enfrentando a claridade dos astros e da Lua, contemplar mais facilmente, durante a noite, os corpos celestes e o próprio céu do que, durante o dia, o Sol e a sua luz.

Glauco – Sem dúvida.

Sócrates – Por fim, suponho eu, será o Sol, e não as suas imagens refletidas nas águas ou em qualquer outra coisa, mas o próprio Sol, no seu verdadeiro lugar, que poderá ver e contemplar tal como é.

Glauco – Necessariamente.

Sócrates – Depois disso, poderá concluir, a respeito do Sol, que é ele que faz as estações e os anos, que governa tudo no mundo visível e que, de certa maneira, é a causa de tudo o que ele via com os seus companheiros, na caverna.

Glauco – É evidente que chegará a essa conclusão.

Sócrates – Ora, lembrando-se da sua primeira morada, da sabedoria que aí se professa e daqueles que aí foram seus companheiros de cativo, não achas que se alegrará com a mudança e lamentará os que lá ficaram?

Glauco – Sim, com certeza, Sócrates.

Sócrates – E se então distribuíssem honras e louvores, se tivessem recompensas para aquele que se apercebesse, com o olhar mais vivo, da passagem das sombras, que melhor se recordasse das que costumavam chegar em primeiro ou em último lugar, ou virem juntas, e que por isso era o mais hábil em adivinhar a sua aparição, e que provocasse a inveja daqueles que, entre os prisioneiros, são venerados e poderosos? Ou então, como o herói de Homero, não preferirá mil vezes ser um simples criado de charrua, a serviço de um pobre lavrador, e sofrer tudo no mundo, a voltar às antigas ilusões e viver como vivia?

Glauco – Sou da tua opinião. Preferirá sofrer tudo a ter de viver dessa maneira.

Sócrates – Imagina ainda que esse homem volta à caverna e vai sentar-se no seu antigo lugar: não ficará com os olhos cegos pelas trevas ao se afastar bruscamente da luz do Sol?

Glauco – Por certo que sim.

Sócrates – E se tiver de entrar de novo em competição com os prisioneiros que não se libertaram de suas correntes, para julgar essas sombras, estando ainda sua vista confusa e antes que os seus olhos se tenham recomposto, pois habituar-se à escuridão exigirá um tempo bastante longo, não fará que os outros se riam à sua custa e digam que, tendo ido lá acima, voltou com a vista estragada, pelo que não vale a pena tentar subir até lá? E se a alguém tentar libertar e conduzir para o alto, esse alguém não o mataria, se pudesse fazê-lo?

Glauco – Sem nenhuma dúvida.

Fonte:

<<http://www.benitopepe.com.br/2009/06/04/texto-completo-da-%E2%80%9CCategoria-da-caverna%E2%80%9D-contido-no-livro-%E2%80%9Ca-republica%E2%80%9D-de-platao/>>